

MARLENE DA SILVA

ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

o que tem de pedagógico no AEE?



Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - Unesp, Campus de Presidente Prudente

S586g Silva, Marlene da.
Guia de orientação para professores de educação especial : o que tem de pedagógico no AEE? / Marlene da Silva, Elisangela Leal de Oliveira Mercado. - Presidente Prudente, [2025]
58 p. : il.

Recurso educacional que acompanha a dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

1. Educação inclusiva. 2. Formação continuada. 3. Formação de professores. 4. Pessoas com deficiência. I. Mercado, Elisangela Leal de Oliveira. II. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROFEI



GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

o que tem de pedagógico no AEE?

ORIENTAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Elisangela Leal de Oliveira Mercado

ELABORAÇÃO

Marlene da Silva

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

A formação continuada de professores da Educação Especial
para a Educação Inclusiva Escolar

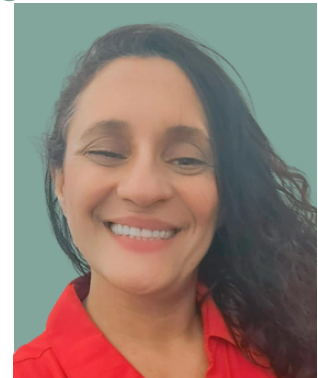
Recurso educacional desenvolvido como parte integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - PROFEI, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

AS AUTORAS

MARLENE DA SILVA

Possui formação em Magistério pelo CEFAM (1997). Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte Paulista (2006) e em História pela Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível (2011). Especialização em Psicopedagogia (2009) e em Educação Especial e Inclusão (2011), respectivamente pelo Centro de Pós-Graduação da Faculdade Dom Bosco e pelo Centro de Educação e Idiomas de Barretos.

“



Especialista em Educação Empreendedora pela Universidade Federal de São João del-Rei (2016) e em Transtorno do Espectro Autista [TEA] (2026). Mestre em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho [UNESP] (2025). Atualmente, exerce o cargo de Diretora na EMEF Coronel José Pedro da Motta, é aluna especial na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto FAMERP. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos, Formação e Desenvolvimento Educacional na Saúde, vinculado ao Centro de Estudos e Desenvolvimento de Ensino em Saúde (CEDES/FAMERP), atuando nas linhas de pesquisa: Estudos, Formação e Desenvolvimento Educacional na Saúde e Contexto Social e Processo Ensino-Aprendizagem em Populações Específicas (2023). Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Administração Educacional, com atuação nos seguintes temas: altas habilidades/superdotação, educação especial, estratégias de intervenção, dupla excepcionalidade e educação inclusiva.



ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO



Professora Adjunta II da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia e em Educação Especial. Mestre em Linguística e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Formação em Tutoria Virtual pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Concluiu o Curso de Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar (CAEAHD /UFMS) Leciona na graduação presencial e na modalidade a distância da UFAL e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAL) e no Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/UNESP).

Ministra disciplinas pedagógicas voltada à área de Gestão Educacional, Estágio Supervisionado, Psicologia da Educação, Psicopedagogia, Processo Ensino e Aprendizagem, Educação Especial, Educação Infantil, Alfabetização e Letramento e Inspeção Escolar. Participou do Programa Mídias na Educação do MEC/UFAL e do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Intelectual (AEE-DI/UFAL). Pesquisadora do Observatório Estadual de Educação Especial (OEEESP) e vice coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI). Presidente do Conselho Municipal de Educação de Maceió (biênio 2017/2019), Diretora de Formação da União nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/AL -biênio 2018/2020). Membro do Comitê Gestor Estadual para das ações de cuidado das crianças com Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika e outras síndromes causadas por STORCH. Membro da Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI) e da Rede Estadual da Primeira Infância (REPI/Alagoas). Integra o Pacto Estadual Pela Primeira Infância em Alagoas e Comissão de Alinhamento do Plano Municipal pela Primeira Infância em Maceió.

APRESENTAÇÃO

Este guia foi elaborado como um recurso educacional vinculado à dissertação intitulada “A formação continuada de professores da Educação Especial para a Educação Inclusiva Escolar”, produzida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI – UNESP). Sua criação surgiu a partir da constatação, evidenciada pela pesquisa empírica, de que a formação continuada dos professores de Educação Especial apresenta lacunas significativas quanto à preparação efetiva desses profissionais para enfrentar os desafios da prática inclusiva.

A proposta deste material é, portanto, atender a uma necessidade real, identificada nos relatos e experiências dos docentes em uma rede municipal. Ao analisar os dados obtidos por meio de questionários aplicados aos professores de Educação Especial, observou-se que muitos deles não se sentem suficientemente preparados para atuar com a diversidade de estudantes com deficiência, ou seja, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S). Isso ocorre, principalmente, devido à predominância de formações genéricas, que não contemplam as especificidades de cada condição e, muitas vezes, são organizadas sob modelos teóricos técnico-clínicos, ainda fortemente influenciados pelo paradigma médico-psicológico (Michels, 2011; Rossetto, 2015).

Com base nesse cenário, este guia assume um caráter prático, reflexivo e fundamentado, oferecendo orientações compreensíveis e aplicáveis que possam auxiliar o professor de Educação Especial em sua atuação diária. O objetivo central é subsidiar os profissionais com instrumentos que lhes permitam planejar intervenções pedagógicas acessíveis e eficientes, promovendo o engajamento, a aprendizagem e a autonomia dos estudantes, público-alvo da Educação Especial. Para isso, são abordados temas como o uso de tecnologias assistivas, estratégias didáticas inclusivas, planejamento colaborativo com os professores da sala comum e a elaboração de planos individualizados de atendimento (PAI), todos ancorados nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A concepção deste guia parte da premissa de que o professor de Educação Especial deve ser compreendido como um mediador da aprendizagem e um articulador de saberes, conforme defendem autores como Rosalen (2023) e Fonseca (2021). Para tanto, é fundamental que ele disponha de referenciais teóricos, ferramentas didáticas e modelos de planejamento que favoreçam sua autonomia e sua prática investigativa. Este guia também incorpora uma perspectiva dialógica de formação, entendendo que a construção do conhecimento docente é um processo contínuo, situado e colaborativo (Nóvoa, 2017).

Portanto, o presente material é mais do que um compilado de orientações: ele representa um instrumento de empoderamento docente, resultado de uma pesquisa comprometida com a transformação da prática pedagógica e com a promoção de uma escola inclusiva, democrática e equitativa. Ao adotar este guia como referência, espera-se que os professores da Educação Especial possam aprimorar suas práticas, superar desafios cotidianos e fortalecer seu protagonismo na efetivação do direito à educação para todos.

Vamos juntos nessa jornada?

BOA LEITURA!



SUMÁRIO

1. Princípios Fundamentais do AEE	10
Complementaridade e Suplementaridade: a função do AEE	11
Centralidade no Estudante: foco na potencialidade, não nas limitações	12
Interações com a Comunidade Escolar: o professor de Educação Especial deve atuar em parceria com a equipe pedagógica	13
2. A potência pedagógica do DUA: um novo horizonte para o AEE	15
DUA e AEE: a pedagogia da intencionalidade	19
3. Como oferecer suporte efetivo à atuação dos professores de Educação Especial	22
4. Recursos pedagógicos e tecnológicos: como usar e onde encontrar	27
Teclado ampliado	29
Caneta adaptada	30
Software NVDA (NonVisual Desktop Access)	31
Pranchas PECS (Picture Exchange Communication System).....	32
Mouse tipo “joystick”	33
5. Estratégias Didáticas Inclusivas	35
Planejamento colaborativo	36
Adequações Curriculares	38
Avaliação Inclusiva	39

6. Modelo Planejamento para o AEE	41
Elementos essenciais do Plano de Atendimento Individualizado (PAI)	43
Sugestões práticas: uso do modelo do MEC	44
7. Avaliação da Prática Pedagógica	46
Checklist de inclusão: é atualizado mensalmente?	48
Houve adequação curricular real?	48
O estudante com deficiência participou das atividades propostas?	49
A família foi envolvida no processo?	50
8. Considerações Finais: por um AEE que transforma	51
Referências	55

NOTA EDITORIAL: este guia foi desenvolvido na ferramenta digital Canva, sendo utilizado em sua composição elementos gráficos e imagens disponibilizadas na ferramenta.





PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO AEE

Os princípios que orientam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) são fundamentais para garantir que esse serviço cumpra seu papel como suporte à inclusão escolar de estudantes com deficiência de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S). Conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE deve ser ofertado de forma articulada ao ensino comum, em uma lógica de complementaridade, acessibilidade e equidade.

Abaixo, desenvolvemos de forma detalhada os três pilares que sustentam a proposta pedagógica deste guia, com base nos dados da pesquisa e nos referenciais teóricos da área:

1

Complementaridade e Suplementaridade: a função do AEE

Este princípio é central na concepção contemporânea da educação inclusiva: o AEE não é um substitutivo da escolarização regular, mas sim um serviço pedagógico complementar e suplementar, para eliminar barreiras ao aprendizado e à participação dos estudantes, público-alvo da educação especial. Como destacado na sua dissertação, a permanência de práticas de segregação e a ideia de que o AEE é um espaço “corretivo” ainda persistem em algumas redes de ensino, o que vai de encontro à perspectiva inclusiva que fundamenta as políticas educacionais brasileiras.

A atuação no AEE deve focar no desenvolvimento de habilidades funcionais e acadêmicas por meio de metodologias específicas, recursos e estratégias que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes na sala de aula comum (Rossetto, 2015). Segundo Fonseca (2021), o papel do professor de Educação Especial é identificar e reduzir as barreiras que impedem o estudante de participar plenamente do currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas e personalizadas.

2

Centralidade no Estudante: foco na potencialidade, não nas limitações



A centralidade no estudante é um princípio que reafirma a necessidade de olhar para o sujeito em sua totalidade, reconhecendo suas capacidades, interesses, experiências e modos próprios de aprender, em vez de limitar sua identidade à deficiência ou diagnóstico. Trata-se de adotar uma abordagem pedagógica centrada nas potencialidades, não nas dificuldades.

Este estudo evidencia que muitos professores ainda enfrentam desafios para romper com uma lógica clínica e medicalizante da deficiência, uma herança do modelo médico tradicional, e assumir uma postura mais inclusiva e humanizada, que considere o estudante como protagonista de sua aprendizagem (Michels, 2011; Rosalen, 2023).

Esse princípio está ligado ao conceito de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que propõe a criação de ambientes e experiências de aprendizagem flexíveis e responsivos às diferenças individuais. Ao colocar o estudante no centro do processo educativo, o professor de Educação Especial atua como facilitador da autonomia, da comunicação, da autorregulação e do desenvolvimento das competências sociais e cognitivas.

3 Interação com a Comunidade Escolar: o Professor de Educação Especial deve atuar em parceria com a equipe pedagógica

A atuação isolada do professor de Educação Especial compromete os princípios da inclusão escolar. Por isso, este guia reforça que é essencial estabelecer interações sistemáticas com a comunidade escolar, especialmente com os professores da sala comum, gestores, coordenadores pedagógicos, familiares e demais profissionais da educação.

O trabalho colaborativo é um dos eixos da formação docente na perspectiva inclusiva. Nóvoa (2017) destaca que a construção do saber docente se dá em redes de apoio, em contextos de cooperação e diálogo. Assim, o professor de Educação Especial deve ser um mediador entre o estudante e os demais atores escolares, articulando intervenções, compartilhando estratégias e promovendo o envolvimento coletivo no processo de escolarização do estudante com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas.

Na prática, isso significa organizar reuniões de planejamento colaborativo, participar de conselhos de classe, contribuir com adaptações curriculares e buscar estratégias conjuntas com os demais docentes, favorecendo uma cultura institucional inclusiva e corresponsável.

Portanto, os princípios fundamentais do AEE sustentam a lógica de uma educação para todos, na qual as diferenças são reconhecidas como parte da diversidade humana e não como obstáculos à aprendizagem. Ao compreender e aplicar esses princípios, o professor de Educação Especial amplia sua capacidade de transformar realidades e contribuir efetivamente para uma escola mais democrática, acessível e equitativa.





**A POTÊNCIA PEDAGÓGICA DO
DUA: UM NOVO HORIZONTE PARA
O AEE**

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma das mais robustas propostas pedagógicas do século XXI para transformar radicalmente o planejamento, a execução e a avaliação da aprendizagem na escola inclusiva. Ao reconhecer que a variabilidade neurológica, sensorial, emocional e cultural é a norma, e não a exceção entre os estudantes, o DUA desafia os modelos padronizados de ensino que ainda predominam em muitas salas de aula (CAST, 2018).

Historicamente, a educação tradicional tem sido organizada sob a suposição implícita de que todos os estudantes com deficiência devem aprender da mesma maneira, no mesmo tempo e sob os mesmos métodos. Isso, por si só, já configura uma barreira à participação de muitos estudantes em especial, dos que fazem parte do público-alvo da educação especial. O DUA surge, nesse contexto, como uma metodologia de ruptura e reconstrução, ao propor que a flexibilidade seja um princípio constitutivo do currículo, e não uma exceção posterior à “regra” da padronização (Rose; Meyer, 2002).

Segundo o Center for Applied Special Technology – CAST (2018), o DUA se organiza em três princípios estruturantes, que devem orientar o desenho de qualquer proposta educativa:

- 1** Oferecer múltiplos meios de engajamento – para estimular o interesse e a motivação dos estudantes com deficiência, promovendo envolvimento afetivo e cognitivo com as tarefas;
- 2** Oferecer múltiplas formas de representação – para apresentar as informações de maneiras diferentes (visuais, auditivas, táteis, simbólicas etc.), considerando as diversas formas de percepção e compreensão;
- 3** Oferecer múltiplas formas de ação e expressão – para permitir que os estudantes mostrem o que sabem de formas variadas (oral, escrita, corporal, artística), respeitando suas potencialidades e estilos comunicacionais.

No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), adotar o DUA implica reposicionar o professor como um arquiteto pedagógico: alguém que constrói cenários flexíveis de aprendizagem, nos quais cada estudante com deficiência possa acessar o currículo, expressar seus saberes e se sentir pertencente. Como afirmam Rose e Meyer (2002), o DUA não busca homogeneizar, mas pluralizar as oportunidades de aprender. Trata-se de uma mudança epistemológica profunda, que desloca o foco da deficiência para a acessibilidade, da adaptação remediativa para o planejamento inclusivo desde o início.




Esse redesenho pedagógico desafia a ideia de que o AEE existe apenas para "compensar o que falta". Pelo contrário, ele transforma o AEE num espaço de criação, experimentação e personalização da aprendizagem, onde as tecnologias assistivas, os materiais acessíveis e as estratégias diversificadas se tornam recursos comuns, e não ferramentas especiais. O DUA ensina que planejar para a diversidade não significa criar caminhos paralelos, mas desenhar trajetórias múltiplas e acessíveis para todos os estudantes, com ou sem deficiência.

Ao incorporar os princípios do DUA em sua prática, o professor de Educação Especial amplia as possibilidades de autonomia, protagonismo e autoria dos estudantes. Ele passa a perguntar não “como adaptar o que já está pronto”, mas sim: “como posso planejar algo que seja acessível desde o princípio?” Essa abordagem fortalece o papel do AEE como núcleo irradiador de práticas pedagógicas inclusivas, que não se restringem à sala de recursos, mas se expandem para toda a escola, beneficiando todos os estudantes.


Além disso, o DUA favorece a atuação colaborativa entre os professores de Educação Especial e os docentes da sala comum, pois estimula o compartilhamento de planejamento, a análise conjunta de estratégias e a co-construção de propostas pedagógicas significativas. Essa colaboração quebra a lógica da segmentação e promove uma cultura de escola inclusiva, em que o currículo é vivo, responsivo e afetivamente vinculado aos sujeitos que o habitam.

Portanto, o DUA não é apenas uma metodologia de ensino, mas uma ética de acolhimento. No âmbito do AEE, ele revela sua potência ao legitimar a pluralidade de modos de ser, aprender, expressar e se engajar na escola. Mais do que uma proposta pedagógica, o DUA é um chamado para repensarmos o papel da educação: não como ferramenta de normalização, mas como espaço de possibilidades, justiça e humanidade.






DUA e AEE: a pedagogia da intencionalidade



O Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando sustentado pelos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), transcende a função técnica de apoio e passa a assumir um papel de ação pedagógica intencional, ética e emancipadora. O professor de Educação Especial, alicerçado nesse paradigma, conhece profundamente seus estudantes – seus modos de ser, aprender, comunicar-se, expressar-se e interagir com o mundo – e, a partir desse conhecimento, constrói rotas de aprendizagem significativas, personalizadas e viáveis (Rose; Meyer, 2002).

Essa atuação com intencionalidade pedagógica parte da recusa de modelos padronizados, valorizando os percursos singulares dos sujeitos e a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A pedagogia da intencionalidade, como prática orientada pelo DUA, reconhece o estudante com deficiência como protagonista do seu processo de aprendizagem, respeitando sua autonomia e fomentando sua autoria intelectual e emocional. Não se trata de adequar o estudante com deficiência ao currículo, mas de redesenhar o currículo para que seja acessível a todos desde o início (CAST, 2018).

Nesse contexto, o AEE:



Favorece a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola como um documento inclusivo, rompendo com práticas homogeneizadoras e promovendo uma concepção curricular que acolhe a diversidade.



Promove a articulação entre aprendizagem e cuidado, compreendendo o sujeito em sua integralidade e reconhecendo que o desenvolvimento cognitivo está profundamente entrelaçado com o bem-estar emocional e social.



Atua com protagonismo na elaboração e acompanhamento do Plano de Atendimento Educacional Individualizado (PAEI), garantindo que as estratégias de ensino estejam alinhadas às necessidades específicas, mas também aos interesses, talentos e modos de expressão dos estudantes.



Trabalha com currículo flexível, entendendo que o planejamento deve prever alternativas e ser aberto à adaptação contínua, sem perder de vista os objetivos educacionais comuns.



Adota práticas de avaliação formativa, que observam os processos e não apenas os resultados, e que reconhecem o percurso de aprendizagem de cada estudante com deficiência, valorizando avanços, estratégias utilizadas e esforços pessoais.

Como destaca Michels (2011), é necessário que o professor de Educação Especial se desloque da posição de mero “aplicador de técnicas” para assumir o papel de criador de contextos de aprendizagem emancipadores. Essa mudança de postura é fundamental para que o AEE não se torne um espaço de estagnação ou contenção do estudante com deficiência, mas sim um laboratório pedagógico de experiências abertas ao novo ao possível e ao sensível.

O planejamento baseado no DUA convida o professor de Educação Especial a trabalhar com intencionalidade didática, alinhando objetivos, estratégias e recursos à realidade concreta dos estudantes. Essa intencionalidade é o que diferencia uma ação mecânica de uma prática verdadeiramente inclusiva. Trata-se de planejar com sentido, com escuta e com ética.

Nesse sentido, o AEE, ao incorporar o DUA, torna-se também espaço formativo para toda a escola, pois inspira outros docentes a adotarem práticas mais acessíveis, humanas e responsivas. A presença do professor de Educação Especial nos espaços de formação continuada, nos momentos de planejamento coletivo e nas reuniões pedagógicas reforça essa função formadora e multiplicadora da inclusão escolar (Rosalen, 2023).

Portanto, a pedagogia da intencionalidade que orienta o AEE sob o DUA não se limita ao atendimento de necessidades específicas; ela projeta uma escola inteira em direção à equidade. É um modo de pensar e agir que articula teoria e prática, política e afeto, planejamento e liberdade. Trata-se, em última instância, de uma pedagogia que acredita nas potências dos sujeitos e desenha para elas caminhos de florescimento.





COMO OFERECER SUPORTE EFETIVO À ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Este guia tem como principal finalidade oferecer suporte efetivo à atuação dos professores de Educação Especial, a partir de uma proposta que une teoria e prática, com base nas necessidades identificadas por meio da pesquisa de campo realizada em município do interior paulista. Os objetivos que norteiam este material foram delineados a partir dos dados empíricos da dissertação e dos marcos legais e teóricos que sustentam uma educação inclusiva, dialógica e centrada na diversidade.



Apoiar a prática pedagógica dos professores de Educação Especial

A atuação docente no AEE exige competências específicas para atender à complexidade das demandas do público-alvo da Educação Especial (PAEE), que inclui estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (como o TEA) e altas habilidades/superdotação. Conforme destaca Rossetto (2015), muitos professores relatam dificuldades para planejar atividades pedagógicas eficazes, sobretudo quando a formação recebida é fragmentada e baseada em abordagens tecnicistas. O presente guia, portanto, visa fornecer orientações práticas e acessíveis que possibilitem ao professor organizar intervenções pedagógicas ajustadas às barreiras de aprendizagem e participação enfrentadas por seus estudantes com deficiência.



Estimular o uso de recursos adaptados e tecnologias assistivas

A atuação docente no AEE exige competências específicas para atender à complexidade das demandas do público-alvo da Educação Especial (PAEE), que inclui estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (como o TEA) e altas habilidades/superdotação. Conforme destaca Rossetto (2015), muitos professores relatam dificuldades para planejar atividades pedagógicas eficazes, sobretudo quando a formação recebida é fragmentada e baseada em abordagens tecnicistas. O presente guia, portanto, visa fornecer orientações práticas e acessíveis que possibilitem ao professor organizar intervenções pedagógicas ajustadas às barreiras de aprendizagem e participação enfrentadas por seus estudantes com deficiência.



Promover o planejamento colaborativo com professores da sala regular

A proposta de inclusão escolar exige que o trabalho do AEE seja complementar ao ensino oferecido na sala de aula comum, e não paralelo ou isolado. Para isso, é fundamental estabelecer uma cultura de planejamento pedagógico colaborativo, conforme previsto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2009). Contudo, a dissertação identificou que essa colaboração ainda é rara ou pouco estruturada no cotidiano das escolas da rede municipal. Este guia visa, portanto, fomentar estratégias práticas para efetivar esse diálogo entre os docentes, reconhecendo que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa pelo compartilhamento de saberes e pela corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos.



Reforçar a importância da formação continuada e da prática reflexiva

A formação continuada dos professores de Educação Especial é apontada, por diversos estudos e pela presente pesquisa, como elemento central para a qualificação do atendimento educacional especializado (Fonseca, 2021; Rosalen, 2023; Vieira, 2016). A formação inicial, muitas vezes, não contempla conteúdos específicos sobre educação especial e inclusão, exigindo que os docentes busquem capacitação contínua para atuar de forma eficaz. Este guia reforça a importância de uma formação permanente, interdisciplinar e contextualizada, que promova a prática reflexiva e a transformação da ação pedagógica. A prática reflexiva, segundo Nóvoa (2017), é condição essencial para o desenvolvimento da identidade profissional docente, especialmente em contextos desafiadores como o da inclusão escolar.



Apontar caminhos concretos para a inclusão escolar de qualidade

Por fim, o guia visa ser um instrumento de ação pedagógica concreta, oferecendo sugestões reais e viáveis para que os professores de Educação Especial possam promover a inclusão escolar de forma efetiva. Isso inclui o uso de instrumentos como o Plano de Atendimento Individualizado (PAI), o checklist de inclusão, o planejamento colaborativo e a avaliação processual, todos articulados com os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e com as normativas do Ministério da Educação. A proposta é que o guia vá além de um referencial teórico, atuando como ferramenta prática no cotidiano escolar e contribuindo para uma escola que reconhece e valoriza as diferenças como parte fundamental do processo educativo.

Ao cumprir esses objetivos, o guia se consolida como uma resposta concreta às lacunas identificadas na formação dos professores de Educação Especial, promovendo o fortalecimento da atuação docente, o protagonismo profissional e a consolidação de uma cultura escolar inclusiva, ética e democrática.





RECURSOS PEDAGÓGICOS E TECNOLÓGICOS: COMO USAR E ONDE ENCONTRAR

A utilização de recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas é uma das estratégias fundamentais para garantir a acessibilidade educacional e promover a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), é dever do sistema educacional assegurar as condições para o pleno acesso, participação e aprendizagem desses estudantes, o que inclui a oferta de recursos e adaptações adequadas às suas necessidades.

Sua dissertação evidencia que muitos professores de Educação Especial ainda desconhecem ou utilizam de forma limitada os recursos tecnológicos disponíveis, devido tanto à falta de formação específica quanto à carência de materiais nas instituições escolares. Esse cenário compromete a efetividade do AEE e reforça a importância de instrumentos práticos como este guia, que organiza e sistematiza informações úteis, acessíveis e atualizadas sobre onde encontrar e como utilizar tais recursos na prática docente.

A seguir, apresentamos uma seleção de ferramentas pedagógicas e tecnológicas, destacando sua finalidade, aplicabilidade e os canais para aquisição ou download. Esses materiais foram escolhidos por sua relevância, baixo custo ou gratuidade, e aplicabilidade direta no contexto do AEE.



**CLIQUE NOS LINKS PARA SER
DIRECIONADO/A À PÁGINA DESEJADA.**

Teclado Ampliado



Finalidade:	Facilita a digitação para estudantes com baixa visão ou dificuldades motoras, por meio de teclas maiores e visualmente destacadas.
Justificativa pedagógica:	Promove autonomia nas atividades que exigem o uso do computador, contribuindo para a inclusão digital e acadêmica. É um recurso alinhado ao princípio do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que defende múltiplas formas de acesso à informação (CAST, 2018).
Onde encontrar:	Tecassistiva
Link direto:	https://www.tecassistiva.com.br/produto/teclado-ampliado



Caneta Adaptada



Finalidade:	Auxilia estudantes com motricidade fina reduzida a escrever de forma mais confortável e eficiente.
Justificativa pedagógica:	A escrita manual ainda é uma habilidade essencial no processo de alfabetização e expressão acadêmica. Com adaptações ergonômicas, a caneta adaptada permite que o estudante com deficiência acompanhe o ritmo das atividades escolares com menor esforço físico (Rossetto, 2015).
Onde encontrar:	Mercur
Link direto:	https://mercur.com.br/blog/engrossadores-proporcionam-autonomia-e-inclusao-em-atividades-diarias/



Software NVDA (NonVisual Desktop Access)



Finalidade:	Leitor de tela gratuito para estudante com deficiência visual, que converte texto em áudio, possibilitando a navegação e o estudo de forma autônoma.
Justificativa pedagógica:	Recurso essencial para garantir a acessibilidade a conteúdos digitais, em consonância com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura o direito à informação em formatos acessíveis.
Onde encontrar:	NVAccess
Link direto:	https://www.nvaccess.org/download/



Pranchas PECS (Picture Exchange Communication System)



Finalidade:	Comunicação alternativa para estudantes não verbais ou com dificuldades severas de linguagem oral, como no caso de muitos estudantes com TEA.
Justificativa pedagógica:	O PECS é um sistema validado internacionalmente que promove a comunicação funcional, incentivando a interação social e reduzindo comportamentos disruptivos, ao permitir que o estudante expresse vontades, sentimentos e necessidades (Fonseca, 2021).
Onde encontrar:	ComunicaTEA
Link direto:	https://comunicatea.com.br/downloads/



Mouse tipo “joystick”

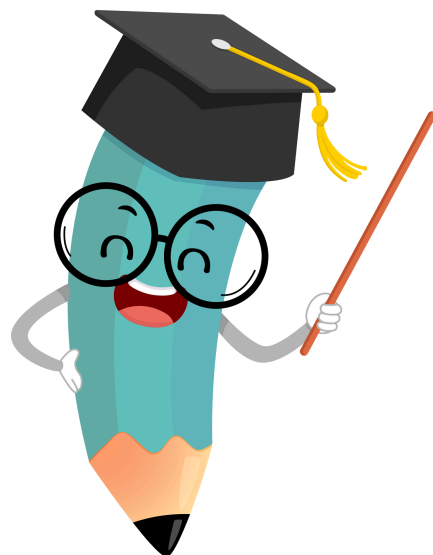


Finalidade:	Permite que estudantes com limitações motoras severas usem o computador por meio de movimentos mínimos e direcionais, como empurrar uma alavanca.
Justificativa pedagógica:	O uso do computador amplia significativamente as possibilidades de aprendizagem e expressão dos estudantes com deficiência física, favorecendo a equidade de acesso às atividades pedagógicas (Queiroz, 2023).
Onde encontrar:	Tecassistiva
Link direto:	https://www.tecassistiva.com.br/produto/mouse-adaptado



Todos esses recursos, quando integrados ao planejamento pedagógico e ao Plano de Atendimento Individualizado (PAI), permitem que o professor de Educação Especial crie ambientes educacionais mais responsivos, acessíveis e acolhedores. Cabe ao profissional, com apoio da equipe escolar e da formação continuada, conhecer, experimentar e adaptar esses recursos conforme as necessidades específicas de seus estudantes com deficiência.

Ao reunir essas ferramentas de forma sistematizada, este guia cumpre o papel de instrumentalizar a prática docente, conforme defendido por autores como Rosalen (2023) e Nóvoa (2017), e responde às lacunas identificadas pela sua pesquisa, oferecendo subsídios reais para a superação das barreiras educacionais que ainda limitam a plena inclusão escolar.





ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS INCLUSIVAS


A construção de uma escola inclusiva exige mais do que boa vontade e diretrizes legais: requer estratégias pedagógicas concretas que promovam o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE). As práticas pedagógicas precisam considerar a diversidade como princípio estruturante do ensino, e não como exceção a ser remediada.

Sua dissertação evidencia que muitos professores de Educação Especial relatam dificuldades para elaborar práticas que atendam de forma efetiva às especificidades dos estudantes com deficiência, especialmente quando não há planejamento articulado com os docentes da sala comum, nem formação continuada voltada para as práticas inclusivas. Diante disso, o presente guia organiza e sistematiza três eixos de ação pedagógica essencial para o professor de Educação Especial: o planejamento colaborativo, as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva.



PLANEJAMENTO COLABORATIVO

O planejamento pedagógico colaborativo é uma das estratégias mais potentes para assegurar que o AEE cumpra sua função de forma articulada com a sala de aula comum. Isso envolve não apenas encontros eventuais, mas a criação de rotinas sistemáticas de diálogo e construção conjunta do processo de ensino-aprendizagem.



Organize encontros quinzenais com professores da sala comum: a frequência e a intencionalidade dos encontros entre professores da sala comum e do AEE são decisivas. Segundo Nóvoa (2017), a profissionalização docente passa pelo trabalho em equipe, pela troca de saberes e pela construção coletiva de soluções pedagógicas.

Utilize uma ficha de planejamento colaborativo: o uso de instrumentos estruturados, como fichas com campos sobre objetivos, recursos, estratégias e avaliação, ajuda a sistematizar o trabalho e facilita o acompanhamento do progresso dos estudantes com deficiência. Esse instrumento também contribui para a documentação pedagógica e o replanejamento.

Adote o Princípio do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA): o DUA propõe que o ensino seja planejado desde o início para atender a uma gama diversa de estudantes. Isso significa oferecer múltiplas formas de engajamento, representação da informação e expressão do conhecimento (CAST, 2018). O professor de Educação Especial pode orientar a aplicação prática do DUA, ajudando os colegas da sala comum a preparar aulas mais acessíveis para todos.

A colaboração entre os profissionais é mais do que uma metodologia: é uma postura ética e política de corresponsabilidade pela aprendizagem de todos os estudantes (Rossetto, 2015).



ADEQUAÇÕES CURRICULARES

As adequações curriculares são intervenções necessárias para garantir que os estudantes com deficiência, TEA ou AH/S tenham acesso ao conteúdo escolar de forma significativa, respeitando seus ritmos, estilos e modos de aprender.

Adequação de conteúdo sem prejuízo do conhecimento: adaptar não é simplificar ou excluir o estudante dos objetivos de aprendizagem. É encontrar formas de reorganizar o conteúdo, os objetivos e os meios, sem diluir a qualidade da educação oferecida. Isso se alinha ao conceito de currículo flexível e acessível (Fonseca, 2021).

Uso de imagens, mapas mentais, áudio, jogos: estratégias multissensoriais ampliam o entendimento dos estudantes com deficiência, principalmente daqueles que têm dificuldades na linguagem verbal, na leitura ou na escrita. Segundo Rosalen (2023), essas ferramentas favorecem a construção de sentidos e o engajamento com o conhecimento.

Tempos diferenciados para realização de tarefas: respeitar o ritmo de cada estudante é uma prática de equidade. Permitir mais tempo para a realização das atividades não é privilégio, mas uma forma de garantir condições adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem, conforme prevê a LBI (Lei Brasileira de Inclusão, 2015).



AVALIAÇÃO INCLUSIVA



A avaliação inclusiva rompe com a lógica classificatória e excludente tradicional. Ela valoriza o processo, o esforço, as estratégias e o progresso do estudante, e não apenas o desempenho final.



Instrumentos diversos: oral, visual, digital: A avaliação deve ser multimodal, adaptada às possibilidades comunicacionais e cognitivas do estudante com deficiência. Para estudantes com deficiência visual, por exemplo, é necessário o uso de leitores de tela; para estudantes não verbais, é possível usar registros visuais ou pranchas de comunicação (PECS).



Registros descritivos e portfólios: ao invés de notas frias e numéricas, registros descritivos permitem acompanhar de forma rica e individualizada o percurso do estudante com deficiência. O portfólio pedagógico, com registros de atividades, fotos, anotações e autoavaliações, é um excelente instrumento para a avaliação formativa.

Avaliação processual, não apenas de resultados:

acompanhar o processo permite identificar os avanços, as estratégias eficazes e os pontos que precisam ser reforçados. Esse tipo de avaliação está em consonância com os princípios do DUA e com a pedagogia histórico-crítica, que valoriza o desenvolvimento integral e social do sujeito (Michels, 2011).

As estratégias didáticas inclusivas apresentadas neste guia têm como objetivo operacionalizar a inclusão escolar na prática cotidiana, superando os desafios apontados pelos professores durante a pesquisa. Elas constituem um conjunto articulado de ações que, quando integradas ao trabalho pedagógico, potencializam a aprendizagem de todos os estudantes, com ênfase naqueles que mais precisam de suporte.

Por meio dessas estratégias, o professor de Educação Especial se fortalece como mediador, formador e articulador de saberes, assumindo um papel fundamental na construção de uma escola pública democrática, justa e inclusiva.

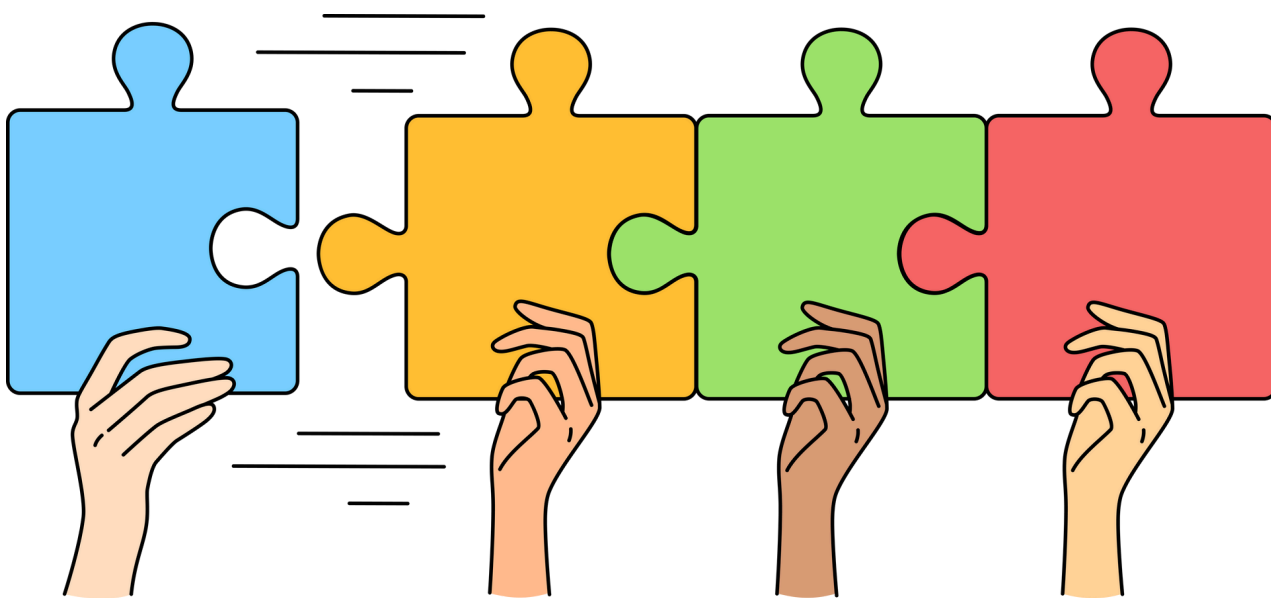


MODELO DE PLANEJAMENTO PARA O AEE

O planejamento pedagógico é uma etapa indispensável no processo de atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), especialmente quando se busca uma prática docente inclusiva, reflexiva e centrada nas necessidades de aprendizagem de cada sujeito. No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o principal instrumento norteador dessa prática é o Plano de Atendimento Individualizado (PAI), cuja elaboração permite sistematizar informações relevantes sobre o estudante e planejar ações pedagógicas que favoreçam sua participação, permanência e sucesso escolar.


Segundo Rossetto (2015), o PAI é um recurso que amplia a visão do educador sobre o estudante, promovendo o foco nas potencialidades, e não nas limitações. Ele também possibilita a construção de estratégias pedagógicas individualizadas, com base em dados reais do contexto escolar e familiar do estudante com deficiência. Dessa forma, o planejamento no AEE deve partir da escuta ativa, da observação atenta e da reflexão crítica sobre as barreiras que dificultam a aprendizagem.


A Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2009), reforça que o AEE deve estar articulado ao currículo da sala de aula comum e ser ofertado de forma complementar e suplementar, com base nas necessidades educacionais específicas do estudante. O PAI é o instrumento que garante essa articulação, funcionando como ponte entre o trabalho do professor de Educação Especial, da sala comum e da equipe pedagógica.





Elementos essenciais do Plano de Atendimento Individualizado (PAI)

Para que o PAI cumpra sua função pedagógica e inclusiva, ele deve conter os seguintes elementos:


 **Identificação do estudante com deficiência e sua especificidade:** deve-se registrar os dados básicos do estudante, bem como o tipo de deficiência, transtorno ou condição que caracteriza sua inclusão no público-alvo da Educação Especial. No entanto, é importante que essa identificação vá além do diagnóstico clínico, contemplando também os interesses, habilidades, estilos de aprendizagem e formas preferenciais de comunicação do estudante com deficiência (FONSECA, 2021).

 **Barreiras identificadas:** é fundamental reconhecer os obstáculos – físicos, pedagógicos, atitudinais ou de comunicação – que limitam a plena participação do estudante na rotina escolar. A análise das barreiras deve ser feita de forma colaborativa entre os profissionais da escola e, sempre que possível, com a participação da família (BRASIL, 2008).

 **Recursos utilizados:** neste campo, devem ser descritos os materiais pedagógicos, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias didáticas que serão utilizados para apoiar o processo de aprendizagem do estudante. Isso inclui, por exemplo, pranchas PECS, softwares leitores de tela, jogos pedagógicos adaptados e materiais concretos de apoio (CAST, 2018).



Metas de aprendizagem: as metas devem ser definidas com base no currículo escolar, mas adaptadas à realidade do estudante, respeitando seu ritmo, potencialidades e necessidades. Essas metas precisam ser realistas, específicas, mensuráveis e alcançáveis, contribuindo para o avanço progressivo das competências cognitivas, sociais, motoras e comunicacionais.



Avaliação e replanejamento: a avaliação deve ser processual e contínua, com registros que permitam monitorar o desenvolvimento do estudante e replanejar as ações sempre que necessário. O uso de portfólios, fichas de observação e registros descritivos é recomendado como forma de documentar a evolução do estudante com deficiência no AEE (ROSALEN, 2023).

Sugestão prática: uso do modelo do MEC

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), disponibiliza um modelo de formulário para elaboração do PAI, que pode ser adaptado por redes e instituições de ensino conforme suas especificidades. Este formulário está disponível para download em diversos materiais de apoio à implementação do AEE, e segue os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Utilizar esse modelo como base garante a padronização dos registros e o alinhamento com as diretrizes legais e pedagógicas da Educação Especial. No entanto, recomenda-se que o formulário seja um ponto de partida e não um modelo engessado: o professor de Educação Especial deve adaptá-lo à realidade local e às singularidades de cada estudante atendido.

O PAI é mais do que um documento burocrático: ele é uma ferramenta pedagógica estratégica, que permite ao professor planejar com intencionalidade, acompanhar com sensibilidade e intervir com eficácia. Sua elaboração e uso contínuo qualificam o trabalho docente, promovem a inclusão escolar e asseguram o direito à educação com equidade e respeito à diversidade.





AVALIAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A avaliação da prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma etapa fundamental para garantir a efetividade das ações inclusivas realizadas em ambiente escolar. Avaliar a prática docente de forma sistemática e reflexiva possibilita que o professor identifique avanços, desafios, pontos de melhoria e estratégias que devem ser ajustadas ou potencializadas para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE).

Segundo Perrenoud (1999), avaliar a prática não se resume à medição de resultados, mas implica um movimento de autorreflexão contínuo, capaz de transformar a ação docente. Esse processo deve considerar não apenas o desempenho do estudante com deficiência, mas também os meios utilizados pelo professor, as condições institucionais e o grau de envolvimento dos diferentes atores do processo educacional.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a avaliação da prática pedagógica deve se pautar por critérios qualitativos, observando a participação, a acessibilidade, a efetivação dos direitos de aprendizagem e a articulação entre os profissionais da escola e a família (ROSSETTO, 2015). Para esse fim, o uso de instrumentos simples, como um checklist de inclusão, pode ser uma estratégia eficiente para o acompanhamento constante do processo educativo.



A seguir, destacam-se quatro dimensões fundamentais que devem compor a avaliação da prática pedagógica no AEE:

1

Checklist de inclusão: é atualizado mensalmente?

A utilização de um checklist com indicadores de inclusão permite acompanhar, de forma sistemática, se os elementos essenciais da prática pedagógica inclusiva estão sendo efetivados. Esse checklist deve ser simples, objetivo e funcional, incluindo aspectos como adequação curricular, acessibilidade, participação em sala comum e envolvimento da família.

A atualização mensal do checklist garante que o professor acompanhe a evolução de cada estudante e reorienta suas ações sempre que necessário. De acordo com Fonseca (2021), a sistematização das informações é uma ferramenta essencial no processo de planejamento e tomada de decisão pedagógica, especialmente no contexto do AEE.

2

Houve adequação curricular real?

A adequação curricular é um dos principais recursos para assegurar a participação efetiva dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades no currículo escolar. No entanto, a sua implementação precisa ser significativa e funcional, ou seja, ir além da mera redução de conteúdos ou do uso de atividades simplificadas.

A avaliação da prática docente deve verificar se as adequações curriculares foram realmente aplicadas, se atenderam às necessidades específicas do estudante com deficiência e se foram realizadas em diálogo com o professor da sala comum. Segundo Rosalen (2023), a adequação curricular deve ser construída de forma coletiva e corresponsável, respeitando as possibilidades do estudante sem desconsiderar os objetivos de aprendizagem da etapa de ensino.

3

O estudante com deficiência participou das atividades propostas?

A participação do estudante nas atividades escolares é um dos indicadores mais importantes de inclusão. Para que a prática pedagógica seja considerada inclusiva, é necessário que o estudante com deficiência esteja efetivamente envolvido, mesmo que com mediações, adequações e apoios.

A avaliação deve considerar se o estudante esteve presente nas aulas, se interagiu com colegas e professores, se conseguiu expressar-se por meio de múltiplas linguagens (oral, escrita, corporal, visual etc.) e se houve evolução no processo de aprendizagem. De acordo com o Desenho Universal para Aprendizagem (CAST, 2018), é essencial oferecer múltiplos meios de representação e expressão para garantir que todos os estudantes com deficiência tenham condições de engajamento e aprendizado.



4

A família foi envolvida no processo?

O envolvimento da família é um fator determinante para o sucesso das ações de inclusão escolar. A prática pedagógica no AEE deve prever estratégias de comunicação e articulação com os responsáveis, promovendo reuniões, orientações, trocas de informações e escuta ativa das percepções da família sobre o processo de escolarização de seus filhos.

Segundo Rossetto (2015), a parceria entre escola e família fortalece o vínculo com a aprendizagem, amplia o repertório de apoio ao estudante e contribui para a construção de um projeto educativo coerente com as necessidades e potencialidades do estudante com deficiência.



A avaliação da prática pedagógica no AEE deve ser contínua, reflexiva, colaborativa e centrada na melhoria da qualidade das ações inclusivas. Para isso, instrumentos como o checklist de inclusão, os registros descritivos, os portfólios e o Plano de Atendimento Individualizado (PAI) são ferramentas valiosas. Avaliar não é punir ou classificar, mas sim reorientar práticas para garantir o direito à educação com equidade, qualidade e respeito à diversidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UM AEE QUE TRANSFORMA

Reafirmar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como espaço pedagógico é, antes de tudo, recusar seu esvaziamento técnico, funcionalista ou meramente assistencial. É posicioná-lo como um território de produção de saberes, de resistência política e de emancipação pedagógica, profundamente comprometido com a transformação da escola em um espaço verdadeiramente inclusivo (Mantoan, 2003; Michels, 2011).

A trajetória histórica do AEE no Brasil revela avanços significativos, sobretudo a partir da consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que o reconhece como serviço complementar e suplementar ao ensino comum. No entanto, ainda hoje persiste o desafio de superar concepções reducionistas que o associam apenas a reforço escolar, adaptação de materiais ou apoio técnico voltado exclusivamente ao estudante com deficiência. Mais do que apoio, o AEE é ação pedagógica com intencionalidade – ele redesenha o currículo, reorganiza práticas e reconstrói sentidos no cotidiano da escola (Rosalen, 2023).

Quando fundamentado nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o AEE se alicerça em uma pedagogia que reconhece a variabilidade humana como valor, não como obstáculo. O DUA, ao propor múltiplos meios de engajamento, representação e expressão (CAST, 2018), inspira práticas que contemplam desde o início as diferentes formas de aprender, tornando a acessibilidade uma premissa de planejamento, e não um remendo posterior à exclusão.

Nesse cenário, o professor de Educação Especial emerge como agente de transformação. Ele não apenas acompanha o estudante, mas forma colegas, provoca a gestão, inspira mudanças e fortalece o projeto político-pedagógico da escola, irradiando práticas inclusivas e sensíveis às diversidades (Fonseca, 2021). Sua atuação é política porque questiona estruturas excludentes; é ética porque se compromete com a dignidade do outro; e é pedagógica porque constrói aprendizagens com sentido e pertencimento.

Por isso, é urgente investir na formação inicial e continuada dos professores de Educação Especial, garantindo que sejam preparados não apenas tecnicamente, mas teórica, crítica e afetivamente. A formação deve contemplar as bases da educação inclusiva, os princípios do DUA, a construção de currículo flexível, estratégias de avaliação formativa, acessibilidade e sobretudo o compromisso com os direitos humanos.

No entanto, a qualificação individual não é suficiente. É preciso também fomentar uma cultura escolar que valorize a diferença como potência pedagógica. Isso significa promover um ambiente institucional que reconheça a inclusão como eixo estruturante do fazer educativo, e não como responsabilidade isolada do professor de Educação Especial. A construção de uma escola inclusiva exige o envolvimento de todos – gestão, professores, famílias, estudantes, comunidade – em um processo colaborativo e contínuo de escuta, diálogo e reinvenção.

Em última instância, o AEE não é apenas um atendimento especializado: é uma aposta ética em uma educação plural, justa e emancipadora. É o compromisso com uma escola que não adapta o diferente, mas se transforma para acolhê-lo como parte constitutiva de sua identidade. É o lugar onde a pedagogia encontra o afeto, onde o planejamento encontra o respeito, e onde a aprendizagem encontra o direito de todos de pertencer e florescer.



Escaneie o QR Code ou clique no link para acessar a dissertação “A formação continuada de professores da Educação Especial para a Educação Inclusiva Escolar”.



LINK:

https://drive.google.com/drive/folders/1IkxI8sSmM-X2H1C5ynNwVsWkb29EPGkM?usp=drive_link



REFERÊNCIAS

BETTIO, Claudia Daiane Batista; MIRANDA, Ana Carolina Arruda; SCHMIDT, Andréia. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588082034> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/646 . Acesso em 10 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **AEE: Altas Habilidades/Superdotação.** AVAMEC, 2022b. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **AEE: Deficiência Física – Aplicação Pedagógica de Recursos de Tecnologia Assistiva.** AVAMEC, 2022a. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **AEE: Transtorno do Espectro Autista (TEA).** AVAMEC, 2022c. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n.º 127, p. 2–11, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.614,** de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. **Lula anuncia investimento de R\$ 3 bi em fortalecimento da educação inclusiva.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/lula-anuncia-investimento-de-r-3-bi-em-fortalecimento-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 14 set. 2024.

CAST – Center for Applied Special Technology. **Universal Design for Learning Guidelines,** version 2.2. Wakefield, MA: CAST, 2018. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 02 abr. 2025.

CONSELHO GESTOR DO PROFEI. **Edital de Abertura de Inscrições para o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional.** 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1,** de 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio 2006, Seção 1, p. 11.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov; CASAGRANDE, Rosana de Castro. **Educação Especial e sua trajetória histórico-política:** uma abordagem por meio de grupos de discussão. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. Cadernos PDE, v. 1, 2016.

FONSECA, Katia de Abreu. **Formação de Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE):** Inclusão Escolar e Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural. Universidade Estadual Paulista, 2021.

FONSECA, Vitor da Fonseca. **Psicopedagogia da inclusão:** da cognição à aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2021.

FREITAS, Rafaela Flávia de. **Práticas Pedagógicas e Formação Docente:** Um Estudo sobre a Percepção de Professoras que atuam no AEE nos Municípios da Região dos Inconfidentes em Minas Gerais. Mariana-MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.

HERNANDES, Deine Esly Iglesias Junqueira. **A formação continuada do professor de atendimento educacional especializado (AEE) no município de Araçatuba/SP.** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2017.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Inclusão na Educação:** Ênfase em Autismo e TDAH. Ibirama: IFC, 2025. Disponível em: <https://ifc.edu.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Cursos de Extensão: Tecnologias Assistivas, Altas Habilidades. Porto Alegre: IFRS, 2023. Disponível em: <https://moodle.ifrs.edu.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Cursos de Formação Continuada para Educadores.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://formacao.institutorodrigomendes.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

INSTITUTO ROGÉRIO STEINBERG. **Projetos e Iniciativas em Altas Habilidades/Superdotação.** Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://irs.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

JANNUZZI, G. S. M. **Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais:** reflexões. Revista GIS, Rio de Janeiro, p. 30-36, out. 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e217170, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945217170>.

LOBO, Sônia A. **Políticas para educação sob o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores.** 2020.

MANTONAN, M. E. A hora e a vez da educação inclusiva. **Revista Educação e Família**, v. 5, p. 42-45, 2003.

MARAFELLI, Cecília Maria; RODRIGUES, Priscila Andrade Magalhães; BRANDÃO, Zaia. **A formação profissional dos professores: um velho problema sob outro ângulo.** Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 165, p. 982-997, 2017.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2003.

MICHELS, Maria Helena. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, vol. 24, n. 40, maio-ago. 2011, p. 219-232. Universidade Federal de Santa Maria.

NASCIMENTO, Ariana; OMODEI, Juliana Dalbem. **Políticas de Educação Especial e Educação Inclusiva no Brasil: Organização, Avanços e Perspectivas.** Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 16, n. 1, p. 62-75, jan./mar. 2019. DOI: <10.5747/ch.2019.v16.n1.h404>.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2017.

NÓVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.** Cadernos de Pesquisa, 2017.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 343-360, abr./jun. 2020.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo; SOUZA, Waleska Medeiros de; PERUCCI, Leidelaine Sérgio. **Política de formação de professores nas últimas décadas no Brasil: avanços, desafios, possibilidades e retrocessos.** Roteiro, Joaçaba, Edição Especial, p. 47-76, dez. 2018. DOI: <10.18593/r.v0i0.16491>.

PASIAN, Maria Simoni; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor.** Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 165, p. 964-981, 2017.

PESSANHA, Juliana Antunes. **Altas habilidades na escola: Curso de capacitação de professores.** Universidade Federal Fluminense, 2015.

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo. **Formação do Professor: Uso da Tecnologia no Atendimento Educacional Especializado.** 2023.

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Manaus.** Instituto Federal do Amazonas, 2017.

ROSALEN, Fernanda Aparecida. **Educação Especial e Formação Docente:** desafios e possibilidades na construção de práticas inclusivas. Curitiba: CRV, 2023.

ROSALEN, Patrícia Cristina. **Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado.** 2023.

ROSE, D.; MEYER, A. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning.** ASCD, 2002.

ROSSETTO, Eliane Ghedini. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** uma análise das práticas pedagógicas. Curitiba: Appris, 2015.

ROSSETTO, Elisabeth. Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, jan.-abr. 2015, p. 101-114. Universidade Federal de Santa Maria.

SILVA, Mayara Costa da. Conhecer o Conhecer na Formação de Professores em Educação Especial no Brasil: Tendências e Desafios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Educação em TEA – Curso de Extensão.** Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://ufrj.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

VIEIRA, Andréa Hayasaki. **Formação de Professores de Atendimento Educacional Especializado:** Experiência de um Curso Semipresencial. Universidade Federal de Goiás, 2016.